



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU, ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI nº 16/2019

### Ofício 309/19

#### PARECER JURÍDICO

Trata-se o ofício em epígrafe de solicitação da Excelentíssima Senhora Vereadora Presidente para que esta Procuradoria exare parecer sobre o veto apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, nos seguintes termos:

*“Encaminho a Vossa Senhoria, cópia do Veto nº 03/19 oriundo do Poder Executivo Municipal, referente ao Autógrafo nº 27/19, elaborado pela Mesa Diretora desta Câmara, após cumprido o necessário processo legislativo, observados os dispositivos regimentais, para a devida manifestação jurídica quanto à propositura ora recebida, para demais providências.”*

O ofício veio acompanhado apenas com: I- cópia da redação original apresentada pelo ao Poder Legislativo; II- cópia da emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Saúde, Educação Cultura, Lazer e Turismo; III- Cópia do Autógrafo encaminhado; IV- Cópia do Veto.

É a síntese do necessário.

Inicialmente cumpre esclarecer que é competência do Chefe do Executivo vetar no todo ou em parte projetos de lei, conforme redação do art. 66, §§ 1º ao 3º da Constituição Federal, cuja redação segue.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



*“Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.*

*§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.*

*§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.”*

Assim, a previsão constitucional de veto é apenas parcial ou total. Vale lembrar que de igual modo dispõe o art. 53, §§ 2º e 3º da Lei Orgânica do Município de Miracatu e o art. 259 do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Miracatu.

Passa-se à análise meritória.

Como se abstrai da preliminar acima, o veto do Chefe do Poder Executivo poderá ser total ou parcial.

Ocorre que o veto apresentado não descreveu de modo expresso se é total ou parcial, constando apenas “**VETO A EMENDA SUBSTITUTIVA**”, ora, não existe previsão constitucional, legal ou regimental para que o Alcaide apresente veto a uma emenda parlamentar, apenas para que esse vete no todo ou em parte o projeto de lei a ele encaminhado através de autógrafo.

Não obstante, houve manifestação da vontade de vetar por parte do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, portanto, em princípio, é pertinente a análise do mesmo.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



Nota-se que o veto somente poderá ocorrer sobre a totalidade do artigo, conforme art. 66, § 2º da Constituição Federal, assim o veto apresentado no mínimo e em tese, poder-se-ia, supor que o Chefe do Poder Executivo estava a vetar parcialmente o projeto em análise apenas no artigo modificado pela respectiva Emenda Parlamentar.

Todavia, tendo em vista que o presente PL possui apenas dois artigos, o veto parcial poderá tornar sem sentido ou mesmo causar dificuldades de planejamento financeiro, visto ser um PL orçamentário. Tal fato poderá ser esclarecido pelo próprio Alcaide ou pelo setor de contabilidade da Câmara Municipal.

Pelo exposto, s.m.j., não é possível sob o ponto de vista jurídico inferir qual a intenção do Chefe do Poder Executivo pelas penas pelos elementos presentes, sobretudo ante a ausência de previsão normativa para o veto apresentado.

Quanto ao mérito do veto (fichas orçamentárias), por serem de caráter técnico contábil, extrapolam as atribuições desta Procuradoria Jurídica, portanto, s.m.j, podem ser obtidas junto ao setor competente.

Eis o meu parecer em 03 (três) laudas numeradas, por mim rubricadas e digitadas somente no anverso.

Miracatu, 12 de dezembro de 2019.

  
Rodrigo Magalhães Santana

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 346.599

Câmara Municipal de Miracatu - SP



PROTOCOLO GERAL 1309/2019  
Data: 12/12/2019 - Horário: 16:47  
Administrativo